

## 13º FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

**Workshop:** O papel do Brasil no debate sobre soberania digital e o futuro da Governança da Internet

**Proponente:** Mark W. Datysgeld

**Região:** Sudeste

**Temas:** QJUR – Efeitos extraterritoriais de legislações e regulações, QJUR – Governança da Internet, Multissetorialismo e Jurisdição, QJUR - Fragmentação da Internet

**Data:** 01 de junho de 2023

### **Palestrantes:**

Heber Maia (Ministério do Trabalho e Emprego)

Jaqueline Trevisan Pigatto (UNESP)

Laura Pereira (Laboratório de Política e Governo - LabPol)

Nivaldo Cleto (Comitê Gestor da Internet - CGI.br)

Luciano Mazza de Andrade (Ministério das Relações Exteriores)

### **Moderador:**

Mark William Datysgeld (Governance Primer)

### **Relator:**

Nathan Paschoalini (Universidade Federal de Juiz de Fora)

## **Estruturação do workshop**

### **Resumo:**

A governança global da Internet tem apontado para modelos divergentes de soberania digital liderados por ao menos três atores, sendo eles União Europeia, Estados Unidos, e China. Cada uma dessas frentes traz sua interpretação de o que é um formato ideal de governança e qual é o papel dos governos nela. O Brasil historicamente exerce a liderança latino-americana da pauta, tornando essencial a avaliação do papel do país dentro dessa nova realidade e o entendimento dos caminhos disponíveis.

### **Objetivos e conteúdos do workshop:**

Nossa pergunta orientadora é: quais são as estratégias de soberania digital já em curso ou passíveis de adoção pelo Brasil, e como podemos trabalhar enquanto comunidade de Governança da Internet para garantir que essas sejam justas e proporcionais? Reunindo especialistas no tema e incentivando a inclusão dos demais interessados no debate, pretendemos dentro de um formato de interação assíncrona (no qual é incentivado que o chat online da sessão também seja utilizado para avançar o tema, guiado pelo moderador online) trazer mais evidências e ideias para esse tema ainda pouco abordado nacionalmente, mas que cresce em termos de relevância e demandará nossa atenção na próxima década. Iniciaremos a

sessão trazendo o contexto maior do debate da soberania digital em uma breve intervenção, para que todos partam de um mesmo princípio, e em seguida se darão exposições iniciais de 7 minutos de cada membro da mesa do workshop.

A partir daí, a discussão passará a ser orientada pelo interesse dos presentes, tomando em conta o que se passou até então no chat e novas questões que possam ter emergido. Como uma exploração de um tema recente, nosso maior objetivo é o de conseguir compreender a posição de outros membros da comunidade, de modo que os panelistas estarão presentes mais para debater do que para fazer longas explicações. Já conduzimos uma sessão similar no IGF global (dentro de outro tema) que obteve resultados bastante favoráveis, e gostaríamos de trazer o mesmo tom para esse workshop do FIB.

### **Relevância do tema para a governança da Internet**

O tema da soberania digital, mesmo que sempre presente de alguma forma dentro da Governança da Internet, começou a ganhar mais projeção após as revelações de espionagem global de 2013, que levaram inclusive ao protagonismo brasileiro como organizador do Netmundial, levando a organização ICANN a fazer a transição de muitas de suas funções para um organismo independente do controle dos Estados Unidos. Esse tipo de contestação se intensificou ao longo dos últimos cinco anos, particularmente como consequência do impacto transnacional causado pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679 da União Europeia (GDPR).

Esse fenômeno mostrou claramente como ações soberanas de uma região podem afetar as outras devido à interligação proporcionada pela Internet. O debate ganhou ainda mais corpo quando observamos o recente embate comercial entre China e Estados Unidos, onde equipamentos de infraestrutura de certas marcas pararam de ser importadas para os EUA, causando dúvidas tanto sobre a efetividade da manobra quanto perguntas sobre se essa seria uma estratégia viável para manutenção de soberania para outras nações. Dentro desse contexto, é necessário pensar o papel do Brasil, pioneiro na criação de regulamentações voltadas à Internet. O país segue apoiado por seu Marco Civil e pela subsequente LGPD, mas ainda não mostra com clareza se tem a intenção de adotar medidas que intensifiquem a soberania digital do país. Isso é importante não somente para a nação, mas é também um forte sinalizador de qual seria a postura da América Latina como um todo.

Com a transição de poder no executivo ocorrendo entre 2022 e 2023, já conseguimos observar considerações no projeto de governo da administração Lula dentro de temas como “localização de dados”, uma forte medida de soberania digital. Também existe uma histórica ênfase desse governo no uso de software de código livre em detrimento daquelas desenvolvidos por grandes marcas globais. Quais outros temas surgirão?

### **Formas de engajamento da audiência presencial e remota**

Os organizadores possuem extensa experiência coordenando workshops nacionais e internacionais em formato presencial, remoto, e híbrido, tendo já conduzido a tarefa de modo bem-sucedido em edições anteriores do FIB e IGF global. Nossa proposta é de interação assíncrona, na qual todos que se encontram na sessão, mesmo presencialmente, entram na plataforma online na qual está sendo transmitido o evento e podem debater os temas que vão surgindo. O moderador remoto faz a organização dessa interação e traz para os panelistas os temas mais relevantes que forem levantados nos debates. Uma sessão de perguntas e respostas de formato mais padrão se segue.

### **Resultados pretendidos**

Os debates elencados informarão e servirão de insumo para dois produtos distintos: 1) O grupo de debates de Soberania Digital da ISOC-FGV, que tem em seu mandato discutir exatamente essas questões, visando o avanço de uma posição nacional sobre soberania digital; 2) Uma continuação para o artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) intitulado “Internet Governance Is What Global Stakeholders Make of It: A Tripolar Approach”, debatendo as diferentes vertentes de soberania digital contemporânea, no qual se buscará agora integrar a visão latino-americana.

### **Síntese das discussões**

Inicialmente, Mark Datysgeld destacou o fato de que as discussões sobre soberania digital estiveram presentes durante todo o Fórum, com a realização de dois workshops e uma sessão principal. E, em meio a diferentes propostas, foi acordado que seriam abordadas perspectivas distintas acerca da soberania digital no decorrer destes espaços de discussão. No presente painel, Mark salientou que o objetivo é discutir qual o papel do Brasil nos debates sobre soberania digital e como ele, enquanto um ator econômico e internacional, se posiciona frente a essas questões.

Feita a introdução do workshop, o moderador solicitou ao Conselheiro Nivaldo Cleto que discorresse sobre exemplos concretos da situação do Brasil em relação aos processos digitais.

Nivaldo, em sua fala, trouxe uma contextualização acerca da mudança de paradigma do “papel” para o “digital”, relacionada com a sua atuação profissional na seara contábil. Nesse sentido, Cleto reafirmou como a Internet e, portanto, os processos de digitalização trouxeram facilidades para as diversas atividades da vida cotidiana. Além disso, destacou os benefícios trazidos pelo Governo Digital. Cleto apontou para o fato de que o mundo digital funciona como um redutor de burocracias. Por fim, o Conselheiro destacou que o Brasil, quando comparado com outros atores do cenário internacional, está muito avançado no que diz respeito às tecnologias digitais.

Findada a primeira intervenção, a moderação destacou que o Brasil já possui uma infraestrutura digital autônoma e qualificada, de modo que não estamos partindo do zero nesse debate.

Na sequência, a moderação solicitou à pesquisadora Jaqueline Pigatto que discorresse sobre a perspectiva acadêmica que tem sido desenvolvida no bojo de sua pesquisa de doutorado.

Jaqueline inicia sua fala partindo de um trabalho acadêmico publicado por ela, em coautoria com Mark Datysgeld e Laura Pereira, cujo objetivo era o de analisar os modelos regulatórios que estavam em desenvolvimento em um período posterior às revelações de Edward Snowden. Pigatto aponta para o fato de que, desde as revelações de Snowden, houveram processos e eventos que tinham por objetivo diminuir a influência dos EUA na governança global da Internet. Nesse contexto, surgem outros atores internacionais, como a União Europeia e a China, de modo que o texto desenvolvido pelos autores buscava se atentar para como esses atores projetavam suas identidades e seus modelos regulatórios no cenário internacional. Ao fim, os autores questionavam sobre como o Brasil se projetaria também.

Pigatto tratou de explicar, brevemente, sobre os modelos regulatórios dos Estados Unidos, da União Europeia e da China:

- EUA: modelo de caráter mais liberal, muito liderado pelo setor privado e com um alto poder sobre padrões e regulações em organizações internacionais de padronização, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT). Sendo esse modelo estritamente relacionado com o modelo originário da Internet;
- China: um modelo mais centrado no controle e participação estatal, mas com participação do setor privado. Muito embora haja muito incentivo na produção de hardware, tem-se notado um grande incentivo à participação em instituições internacionais. O modelo chinês é paradigmático e está relacionado, inclusive, à criação de espaços institucionais para discussão da governança global da Internet
- União Europeia: A projeção regulatória da União Europeia tem um caráter extraterritorial e com muito enfoque em direitos humanos. Após os eventos de Snowden e com o enfraquecimento do lobby estadunidense, a União Europeia foi capaz de se articular e inaugurar, assim, um pacote de regulações relacionadas à proteção de dados pessoais, que posteriormente se desdobrou para a regulação de plataformas e negócios digitais.

Pigatto ressalta como é interessante notar o fato de que a geopolítica passou a ocupar um espaço relevante nos debates sobre governança global da Internet, de modo que as discussões sobre Governança da Internet não mais ficam restritas a espaços como o IGF, ICANN, etc.

A partir desse contexto geral, Jaqueline abordou como seria o papel do Brasil nesse contexto de governança global da Internet. Pigatto apontou para o fato de que o Brasil foi um ator protagonista no momento Snowden, pelo fato de ter sediado eventos como NETMundial e IGF, mas, com o turbilhão político, isso se perdeu durante os anos (NETmundial, IGF etc).

Por fim, destacou a importância das instituições internacionais como campos capazes de criar confiança diante de atores internacionais.

Após uma indagação feita pela moderação, a pesquisadora apontou para o fato de que, apesar de termos, atualmente, diversos processos que lidam com a agenda da governança da Internet e de novas tecnologias, um possível NETMundial+10 seria uma oportunidade para o Brasil retomar a sua posição de prestígio e, inclusive, pautar uma agenda que pense verdadeiramente o sul global.

Após a fala de Jaqueline, a moderação solicitou que Luciano Mazza discorresse acerca dos diversos processos que possuem o digital como agenda e como está a atuação do Brasil nesse contexto.

Mazza inicia sua fala retomando a categorização feita por Jaqueline, acrescentando o fato de que falta uma perspectiva relacionada ao desenvolvimento que, por vezes, não é englobada pela discussão da governança global da Internet e de novas tecnologias. Nesse sentido, o Brasil poderia aproveitar esse vácuo para pautar questões relacionadas ao desenvolvimento atreladas à agenda digital. Sobre soberania digital, Mazza salienta que, da perspectiva de um ator governamental/estatal, há uma inclinação para se pensar soberania no sentido clássico, relacionada ao estado-nação e menos relacionado à agência do indivíduo. Uma questão trazida por Mazza diz respeito à dificuldade, no contexto internacional, de se estabelecer consensos e encontrar espaços comuns de cooperação. Mazza destacou que, o Brasil enquanto estado brasileiro, tem por objetivo defender os seus interesses e chegar em consensos e convergências.

Luciano acrescentou ainda que, olhando para a agenda do digital, quando se pensa em soberania, é importante assegurar espaços de autonomia decisória, sem enfrentar maiores constrangimentos em função das regras, regimes e das dinâmicas dos espaços internacionais. Retomando o que foi dito por Renata Mielli em um painel anterior, Luciano destacou a importância de buscar a inserção do Brasil, da forma mais autônoma e soberana possível, nas cadeias produtivas da economia digital. No ponto de vista pessoal, Mazza destacou que a estratégia digital possui políticas relacionadas à proteção de dados e de dados abertos, mas falta uma política mais geral relacionada à questão dos dados pessoais e, ainda, indagou sobre se seria o caso de haver uma estratégia brasileira para soberania de dados, aos moldes do que foi feito com a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA).

Uma vez finalizada a fala de Luciano Mazza, Mark Datysgeld passa a palavra para Laura Pereira, para que ela debata sobre a perspectiva da sociedade civil acerca do tema da soberania digital.

Laura inicia sua fala a partir de uma outra dimensão não explorada no artigo acima mencionado, que diz respeito à regulação de alguns aspectos mais específicos do que é a Internet. A pesquisadora salienta que a discussão sobre soberania digital perpassa debates sobre regulação de plataformas digitais e de inteligência artificial, especialmente para um público geral, não especializado. Salienta ainda, que, nesse painel, é interessante ver a possibilidade de pensar e olhar para o futuro da governança da Internet, especialmente pelas lentes do arranjo institucional muito próprio do Brasil, que é intrinsecamente multissetorial, e pelas lentes de um país que tem respeitado uma abordagem baseada em direitos, como foi o caso do Marco Civil da Internet, em 2014.

Laura aponta para o fato de que o Brasil, entre os anos de 2013-2015, se destacou como um país que avançava em uma regulação baseada em direitos. Atualmente, é possível visualizar que quem se projetou internacionalmente como um bloco político orientado a uma abordagem baseada em direitos foi a União Europeia, apesar do pioneirismo brasileiro. Destacou que à época de elaboração do Décalogo do CGI e de elaboração do MCI havia um grande prestígio relativo à participação da sociedade civil, dentro de um modelo multissetorial. Laura apontou para o fato de que a sociedade civil brasileira permanece lutando por abordagens baseadas em direitos, o modelo multissetorial permanece. Mas a perda desse “protagonismo” se deu por diversas razões, muitas delas relacionadas à questões internas, por questões políticas, a partir do ano de 2016;

Atualmente, segundo Laura, é difícil afirmar que a comunidade da Internet seja uma tomadora de decisões, quando há uma ubiquidade com relação à Internet, o que dificulta, inclusive, a identificação dos espaços mais estratégicos para incidência para a sociedade civil organizada. Apontou que, ainda que sejam valorosos os acúmulos brasileiros, existem muitos desafios para se vislumbrar o futuro, qual será a agenda, considerando os movimentos de vanguarda regulatória feitos pela União Europeia. Por fim, Laura acredita que o Brasil permanece sendo a maior referência na América Latina e possui o legado do MCI e uma sociedade civil organizada muito participativa.

Finalizada a fala de Laura, Mark destaca, a partir das demais falas, que parece existir um modelo representativo do sul global, em que o Brasil possa exercer uma liderança. Destacou, ainda, que no painel está se formando um consenso sobre essa necessidade de se consolidar um modelo que reflita as agendas e necessidades do sul global. Feitas essas considerações, a moderação solicitou ao Heber Maia que discorresse sobre o debate mais amplo relacionado à soberania digital.

Heber Maia iniciou sua fala destacando a importância da homenagem feita pelo CGI.br aos atores protagonistas da Governança da Internet. Maia fez um pequeno resgate histórico sobre as mudanças nos paradigmas sócio-técnicos que impactaram a humanidade. Nesse sentido, o painelistas indaga qual seria a diferença da Internet para outros momentos de transformação técnica. Segundo Heber, a Internet teve um caráter quase que instantaneamente global, em um espaço de poucas décadas, havia uma proliferação da conectividade e ela ocupou, rapidamente, todas as dimensões da vida.

Maia apontou que estão em curso diversas formas de se compreender a sociedade da informação, mas que um conceito importante para discussão sobre soberania digital é o de Capitalismo de Vigilância. Nesse contexto, retomou o trabalho teórico de Lênin sobre o imperialismo e como grandes conglomerados iriam assumir um papel cada vez mais concentrador e um poder cada vez maior, o que traria desafios para a sociedade. O painalista destacou a centralidade das discussões acerca do art. 19 do Marco Civil da Internet e estabeleceu uma relação com a noção de Colonialismo Digital, que assume um papel importante para os debates sobre soberania digital. Apontou, ainda, para o fato de que é preciso que se estabeleça um profundo processo de reflexão sobre as dinâmicas que sustentam o Capitalismo de Vigilância, que são executadas por oligopólios atravessados por um grande fluxo econômico-financeiro.

Maia destacou três pontos, o primeiro sobre a cadeia produtiva da economia digital; um outro aspecto relativo à educação, no qual apontou para o fato de que não trata somente de formar profissionais. Salientou, ainda, que a Brascom calcula que há um déficit de quase 1 milhão de profissionais especializados. Heber apontou para um problema fundamental que é a utilização das plataformas digitais nos ambientes educacionais; todo o conhecimento produzido pela academia está sob o armazenamento dessas grandes empresas de tecnologia

O terceiro e último aspecto tratado por Maia diz respeito à língua brasileira, destacando que o desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial, por exemplo, se dá, majoritariamente, em língua inglesa, de modo que há, também, questões de soberania envolvidas nesse processo.

Finalizada a fala de Heber Maia, Mark destacou o fato de que o português é uma das línguas mais utilizadas na Internet e que esse é um assunto tratado nas discussões sobre Aceitação Universal na ICANN. Posteriormente, foi aberto o debate para o público.

### **Debate e intervenção do público:**

#### **Intervenções presenciais**

Flávio Wagner: Conversamos sobre como o protagonismo se perdeu ao longo dos anos. Na discussão de regulação de plataformas, Flávio indagou se estamos deixando de ter protagonismo e estamos apenas copiando regulações estrangeiras, considerando que temos um modelo de responsabilidade de intermediários, disposto no Marco Civil da Internet, que foi amplamente discutido pela sociedade. Destacou, ainda, que não parece razoável que em um espaço de menos de 10 anos, um modelo como este seja considerado caduco. É preciso resgatar a criatividade, para manter o protagonismo, e assim conseguirmos pensar em modelos brasileiros que possam ser exportados, assim como foi com o Marco Civil da Internet;

Djaine Damiani: Djaine direcionou uma pergunta para Heber Maia sobre Colonialismo Digital. Inicialmente, concordou que existe a ubiquidade da Internet, mas acrescentou que há uma dimensão ideológica, neoliberal, relacionada à mercantilização de subjetividades. Ao fim, questionou se o palestrante consegue vislumbrar uma forma de desarticular essa questão da ideologia liberal, sequestro de subjetividades e essa relação com as plataformas.

João Pedro: Como nós podemos regular ou cobrar a regulação de plataformas ou mesmo falar em soberania digital, quando o governo federal peca em termos de seguranças de dados?

Rafael Evangelista: Rafael indagou sobre o que o protagonismo brasileiro pode oferecer de diferente para o futuro. Acrescentou, ainda, que a possibilidade de integração entre uma abordagem baseada em direitos e o desenvolvimento, é uma perspectiva sólida que pode auxiliar no processo liderança do Brasil no bloco da América do Sul.

Heber Maia: Em diálogo com a Djaine, destacou que a Alemanha tem buscado conferir autodeterminação aos cidadãos sobre o que se pode ou não fazer. Acrescentou, ainda, que os instrumentos de extração de dados que possuímos são quase que semelhantes a um dispositivo capaz de ler mentes. Por fim, apontou para o fato de que, atualmente, as plataformas se apresentam como empresas de publicidade, que aplicam técnicas de sugestionamento, não se colocam como empresas de tecnologia. Esse não é um desafio somente brasileiro, mas global.

Laura Pereira: Inicia sua fala concordando com Flávio Wagner. Destaca ser lamentável que o senso comum diga que a Internet é uma terra sem lei e que o MCI é um modelo estadunidense. Laura afirmou, ainda, ter a sensação de que, como sociedade, em geral, não conseguimos nos antecipar com relação às demandas regulatórias que surgiram. Por fim, indagou sobre como podemos pensar em ações coordenadas na sociedade civil e com outros atores para mantermos o protagonismo do Brasil e para que os eventos relacionados ao MCI não tenham sido apenas uma exceção.

Nivaldo: Se direcionando à questão específica sobre proteção de dados pessoais, destacou a necessidade de maior rigidez na atividade sancionatória e fiscalizatória da ANPD.

Intervenções online:

Alexandre Costa Barbosa: “Quando a gente fala de Soberania Digital a gente tem que reconhecer a presença de ministra/o de Estado na abertura do FIB. É possível ter do empresariado brasileiro um apoio efetivo ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS - retomado pelo governo semana passada na FIESP?”

Paulo Mendonça: “Como podemos incluir nessa pauta o déficit da internet para todas e todos e a exclusão digital que ainda é muito grande, principalmente nos territórios vulneráveis das capitais e nas zonas rurais?”



Carlos Afonso: “Uma das iniciativas para resgatar nosso protagonismo internacional é pensar em um evento de referência (como foi o primeiro) em 2024 com um NetMundial+10. Imagino que poderia ser um espaço multissetorial de síntese de todos os processos relevantes de governança (inclusive com alguns atropelos mútuos) ocorrendo mundo afora.”

Luciano Mazza: Destacou que pensar em formas de criar modelos alternativos é o grande desafio. Afirmou, ainda, que é preciso entender o porquê do protagonismo, uma vez que ele precisa estar relacionado à defesa dos interesses nacionais, mesmo que isso signifique que não sejamos, necessariamente, protagonistas.

Jaqueline Pigatto: Se dirigindo ao comentário de Carlos Afonso, afirmou que a ideia deveria ser justamente essa de fazer a síntese desses processos. Destacou que o NETMundial tem condição de ser um espaço de revisão dos processos que estão em andamento, para que não haja uma sobreposição de processos e para que seja possível pensar em uma agenda que relacione direitos e o desenvolvimento.

### **Resultados atingidos**

Em termos de resultados atingidos, o painel foi capaz de estabelecer uma discussão aprofundada sobre o papel do Brasil no cenário internacional de governança da Internet. E, a partir das reflexões e debates feitos, foi possível evidenciar alguns consensos sendo formados no que diz respeito à necessidade de retomada do protagonismo brasileiro, a partir de uma agenda que reflita os interesses e necessidades do sul global, a partir da convergência das agendas relacionadas ao digital e ao desenvolvimento, valendo-se, assim, de uma abordagem que seja multissetorial e que seja baseada em direitos.